

## *In Memoriam*

In Memoriam – Alfredo Augusto Margarido (1928-2010)

O texto que a seguir se publica foi porventura o último que o Professor Alfredo Margarido escreveu na sua velha máquina, renitente como foi até ao fim em se adaptar às novas tecnologias: não tinha computador e muito menos outros objetos, como o telemóvel. Intelectual na aceção mais pura do termo, verdadeiro espírito renascentista na sua insaciável procura de saber e de questionar, senhor de uma cultura enciclopédica que não se confundia com a simples erudição que se acumula sem frutificar, deixou, ao longo da vida, as marcas do seu talento nas mais diversas áreas: jornalismo, tradução literária, ensaísmo, ficção, poesia, artes plásticas, história, sociologia, antropologia,... E, claro, também marcaria gerações de estudantes que puderam usufruir dos seus vastos conhecimentos em universidades francesas, brasileiras, portuguesas, incluindo, para o que nos interessa, na fase final da sua carreira, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, onde lecionou durante anos.

De entre a sua vasta produção composta de muitos títulos, na sua maioria esgotados, e grande parte dela ainda necessitando de ser reunida e sistematizada, dever-se-ão destacar os contributos fundamentais que deu ao estudo das culturas africanas e, nomeadamente, das literaturas africanas de expressão portuguesa. Pois África foi uma das suas grandes paixões que se manifestou, inclusive, pela forma como, jovem frequentador da Casa dos Estudantes do Império, pugnaria pela libertação dos povos das antigas colónias.

Companheiro de muitas das principais figuras da cultura portuguesa do século XX, desde os surrealistas que frequentavam o célebre Café

Gelo, em Lisboa, a outras de gerações mais recentes, contribuiu para libertar a vida intelectual portuguesa da sua esclerose e para a inserir no que se renovava e criava além-fronteiras. Tanto mais que, devido às suas atividades antifascistas e anticolonialistas, que o levaram a conhecer as cadeias da polícia política, seria obrigado a viver longos anos no exílio, em França, onde seria, além de Professor, investigador na École Pratique des Hautes Études – depois na École des Hautes Études en Sciences Sociales –, colaborador de enciclopédias de projeção internacional e ainda de revistas do nível da *Revue des Annales* ou da *Esprit*.

Ainda voltando ao artigo aqui publicado, já depois de nos enviar a versão entretanto passada a limpo, doente, e no intervalo de intervenções cirúrgicas a que foi submetido, enviaria uma sugestão de título inspirado do poeta Alexandre O'Neill – que, cumprindo a sua vontade, adotámos – e uma proposta de substituição da parte inicial que decidimos transcrever mas mantendo-a autónoma: «Teria sido compreensível que a celebração dos 200 anos do desembarque da Corte portuguesa no Brasil – incluindo a rainha louca, o príncipe-herdeiro e sua mulher, a espanhola Carlota Joaquina – tivesse resultado de uma operação comemorativa organizada pelos dois países, o Portugal europeu e o Brasil cada mais americano. Não se procedeu assim e é pelo menos curioso deparar com enormes cartazes anunciando um colóquio consagrado ao “200º aniversário da chegada da família real portuguesa ao Brasil”».

É evidente que o objetivo e, por consequência, o título deviam ser outros: para os portugueses, o mais importante não reside na «chegada», mas antes na «partida». Com efeito, é sob a pressão do medo que a Corte portuguesa, aconselhada pela diplomacia inglesa – para evitar as humilhações que trariam inevitavelmente os invasores franceses –, decide refugiar-se no Brasil, onde podia contar com a proteção da marinha inglesa, pois a França sofrera um profundo desaire em Trafalgar (1805) que a deixara praticamente sem marinha.

Talvez não seja exagerado salientar que a Corte portuguesa conhecia a fraqueza das suas tropas, batidas em 1801 na «guerra de los naranjos», imposta pelos espanhóis, chefiados pelo primeiro-ministro Manuel de Godoy. Esta guerra medíocre teve como resultado a perda, pelos portugueses, da cidade e do distrito de Olivença, que os nossos dirigentes políticos abandonaram à sua triste sorte. Não foi o primeiro-ministro espanhol, José María Aznar, que recusou discutir o assunto,

aconselhando os portugueses ao silêncio? E não é este mesmo Aznar um daqueles que exige que Gibraltar regresse à autoridade espanhola? Alertados por esta «guerra» e levando em consideração as reflexões de Gomes Freire de Andrade e do marquês de Alorna, a Corte, receando a brutalidade dos franceses, optou, assim, pela fuga e pela instalação no Brasil.

A comemoração desta viagem aparece, por isso, como um facto singular e até certo ponto absurdo, na medida em que esta «fuga» terá pelo menos duas consequências: a primeira, inscrita no facto colonial, só podia acelerar a independência do Brasil, que não aparecia nos projetos portugueses; a segunda, muito mais grave, decorria do facto de a Corte deixar o país sem governação, submetido à autoridade inglesa. É este aspeto da situação que nos interessa pôr em evidência, pois sabemos hoje que a independência foi obtida catorze anos depois da «partida», acontecimento que abalou o aparelho político e que explica, em parte, a proclamação da República cento e dois anos após a «partida».

Importa lembrar que, acumulando traumatismos, políticos e físicos, o rei D. Manuel II não hesitou em fugir para Inglaterra, face à impotência das forças monárquicas, perante a desenvoltura dos republicanos em 1910. A Coroa mostrou-se incapaz de compreender o desalento dos portugueses perante políticos verdadeiramente irresponsáveis. Acrescento um pormenor: quando, em 1822, a Corte se viu obrigada a regressar, consternada, a Portugal, o veleiro que trouxera a família real ancorou no Cais das Colunas, no Tejo lisboeta. Conta o marquês de Fronteira que ninguém foi a bordo para beijar a mão a Sua Majestade, situação que reforçava a perda de prestígio da família Bragança.

Membro da Redação e do Conselho Editorial da *ResPublica*, onde colaborou desde o início, prestamos-lhe neste número uma sentida homenagem, publicando ainda alguns testemunhos de amigos e colegas. O Professor Alfredo Margarido deixou-nos em 12 de outubro de 2010.